



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
ATA DA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA UNIDADE REGIONAL COLEGIADA
TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Local: FIEMG – Av. Rondon Pacheco, 2100, Vigilato Pereira - Uberlândia/MG
Datas: 15/06/2012 às 09:00 hs

Aos 15 (quinze) dias do mês de junho do ano corrente, realizou-se na FIEMG Uberlândia/MG, logradouro acima transcrito, a octogésima nona reunião ordinária do conselho de política ambiental, Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Estiveram presentes os seguintes conselheiros: Dra. Silvia Cristiane Lacerda, suplente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD; Sra. Lilian Costa Damasceno, 1º suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Sra. Patrícia Metz Peixoto, 1ª suplente da Secretaria de Transportes e Obras Públicas – SETOP; 1º SGT PM Sr. Carlos Augusto Faria de Oliveira, 2º suplente da Polícia Militar de Minas Gerais; Sr. Carlos Alberto Valera, titular da Procuradoria Geral de Justiça – PGJ; Sr. José Carlos Sales Campos, titular do Departamento Nacional de Produção Mineral – 3º Distrito/MG – DNPM; Sra. Raquel Mendes Carvalho, 2ª suplente da prefeitura municipal situada na área de abrangência da URC; Sr. Thiago Alves do Nascimento, 2º suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Sr. Moisés Inácio Franco, 1º suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG; Sr. Leocádio Alves Pereira, 1º suplente e Sra. Simone Naves Bernardes Costa, 2ª suplente da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Sra. Nathália Cristine Araújo, titular da Organização para a Proteção Ambiental – OPA; Sra. Vanda Davi Fernandes de Oliveira, titular do Ambiente e Educação Interativa – AMEDI; Sr. Natal Junio Pires, 2º suplente do Centro Federal de Educação Tecnológica de Araxá – CEFET /MG; Sr. Reginaldo de Camargo, titular da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. **Item 1 - Execução do Hino Nacional Brasileiro. Item 2 – Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC/COPAM Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Dr. Danilo Vieira Junior.** Então seguindo a pauta da 89ª reunião ordinária da URC triângulo mineiro e alto paranaíba, passamos para abertura onde nos damos as boas vindas ao sargento Carlos Augusto Faria de Oliveira 2º suplente da Polícia Militar de Minas Gerais, seja bem vindo a esse conselho. Gostaríamos também de informar no **item 3 – Comunicado aos conselheiros e Assuntos Gerais** que está aberto no site da Semad o edital de Chamamento Público da Semad nº 01/2012 que trata sobre a revisão da DN 74 que foi prorrogado até dia 03 de julho de 2012, então todos os senhores conselheiros e as instituições aqui representadas podem estar sugerindo dentro dessa revisão dos códigos da DN 74 os parâmetros ou a inclusão de novas atividades que deveriam ser licenciadas dentro do estado. Além disso, a gente também gostaria de informar que vence dia 19 de junho, na próxima terça – feira, o prazo de cadastro do processo seletivo de recomposição do Copam para o triênio 2012 a 2015, então todas as instituições que tiverem interesse em participar do processo tem o prazo até dia 19 de junho. Passo a palavra aos Srs. Conselheiros. Bom, em primeiro lugar meu nome é Vanda David Fernandes de Oliveira, eu gostaria de dizer que estou muito satisfeita em poder estar nesta reunião de hoje nós atuamos ai em ONG's ambientalistas e eu fui chamada para compor um



colegiado em Brasília que é um órgão de assessoria direta do ministro da justiça para tratar a questão da lichia política e por isso eu me mantive afastada esse período e meu suplente hoje foi para os trabalhos no Rio, eu não sei se ele vai conseguir participar da cúpula mais está lá levando nossos questionamentos aqui do triângulo e dizer da satisfação desse trabalho e da importância que é, na época não tinha muito essa noção de contar com as pessoas que aqui vem pedir os seus requerimentos, os seu processos, de dizer que é muito importante que nós estejamos do mesmo lado porque o papel ele aceita tudo, mas a partir do momento que nós estamos do mesmo lado para proteger o meio ambiente e as pessoas eu acredito que a gente consegue muito mais sucesso né? Então é com esse espírito que eu gostaria que nos começássemos os trabalhos de hoje contando com todos que estivessemos do mesmo lado. Peço desculpas se eu não tive a oportunidade de reunir para tratar de todos os processos que era um hábito nosso uma semana antes da reunião do conselho reunir com todos os segmentos e tratar de todos requerimentos para que a gente pudesse também dar alguma contribuição no sentido de condicionante e colaborar em parceria também com Ministério Público que sempre foi parceiro nosso. Mas eu espero também pode ajudar em alguma coisa que eu puder contribuir, é uma pena que quando a gente está inteirado de todos os processos é lógico que a gente pode dar uma contribuição maior né, mas já venho aqui de antemão dizer que desta vez eu não tive condições de ler todos os processos como eu gostaria e nesse sentido eu vou acompanhar as discussões que tiver no momento para ver o que a gente pode contribuir e agradeço a vocês. Bom dia, bom dia senhores e senhoras conselheiros, meu nome é Leocádio, sou 1º suplente da ABES eu não havia confirmado a presença, a Simone que é a nossa conselheira que tem participado das reuniões aqui do conselho, ela está inteirada dos processos e utilizar desse espaço importante aqui para trazer uma informação que é do processo eleitoral do Comitê Federal do Paranaíba, já está aberto o processo de mobilização e de inscrições para concorrerem às assentos no segmento sociedade civil, setor usuários, poder público municipal, poder público estadual e federal são 45 cadeiras e o edital já se encontra no site da ANA (Agência Nacional de Aguas) e do comitê que é www.paranaibacbh.gov.br, e o processo de mobilização se iniciara agora em julho com pessoal da mobilização fazendo os contatos e trazer essa informação de que possa ser replicada as bases para renovação do Comitê Federal do Paranaíba, e pedir licença, em função dos compromissos lá em Araguari na agência de bacias eu vou ter que ausentar, a tarde estarei de volta a Simone vai assumir meu lugar, muito obrigado um bom trabalho a todos e que tenham sucesso. Bom dia a todos, Carlos Valera (PGJ), primeiro dizer e fazer um registro que nos infelizmente tivemos a aprovação da lei federal 101251, que diz ser o novo código florestal e também a nova medida provisória 571, só relembrar aqui os conselheiros que nos no âmbito do estado de Minas Gerais não temos qualquer alteração porque felizmente ainda está em vigor a lei estadual 14309/2002 que define todos critérios referentes a reserva legal a APP e outros processos ecológicos. E também que nós criamos no âmbito do Ministério Público estaduais e do Ministério Público Federal um grupo de trabalho nacional que tem sua primeira reunião agora dia 25 de junho em Brasília e em Minas Gerais, eu e o colega de Divinópolis Dr. Mauro Olovite integramos esse grupo. Então eu queria solicitar em especial para os conselheiros que estão voltados para a academia que pudessem me encaminhar se tiverem todo e qualquer material referente a essa questão do novo código florestal porque a uma disposição dos ministérios públicos estaduais e federal levarem essa discussão para o judiciário, nos não aceitamos a forma como o código foi posto, nos não aceitamos a forma como os institutos foram tratados e obviamente nos entendemos que está havendo retrocesso ambiental. Se há



retrocesso ambiental, por se tratar de direito fundamental é evidente que a legislação produzida ela é inconstitucional então vamos buscar essa declaração junto ao poder judiciário, e, paralelo a isso, também registrar infelizmente com tristeza que nos perdemos uma oportunidade de resolver um problema que é gravíssimo para todo o Brasil, que seria a discussão do código florestal desapegada de interesses econômicos e ideológicos e baseados na questão técnica eu acho que quem tem autoridade e capacidade para definir limites de área de preservação permanente e limites de reserva legal dentre outros processos ecológicos são os nossos técnicos e nossos professores. Acho que não cabe a deputados, senadores, enfim a pessoas que não tem qualificação técnica a opinar porque eu tenho lançado um desafio em todas as oportunidades em que eu manifesto, para os senhores deputados federais especificamente, eu queria que eles me comprovassem tecnicamente que uma APP de 5 metros protege um curso d' água. Eu gostaria que eles me provassem tecnicamente. Até hoje ninguém conseguiu fazer isso. Então é evidente que nós criamos uma legislação que o colega de Divinópolis está tratando de esquizofrênica, porque onde já se viu nos fazemos uma escada de áreas de reserva legal de 5,8,20, 30 chegando até 100, aí é uma situação extremamente interessante, a propriedade localizada no mesmo curso d' água se ela tiver até dois módulos fiscais ela preserva só cinco, aí a propriedade ao lado tem mais de quatro módulos preserva 100, aí vai ficar cheia de dente a APP. Eu fico imaginando se o bichinho que vai transitar na APP vai ter um GPS para saber qual faixa que ele vai ter que transitar, então realmente isso nos preocupa, eu queria registrar aqui essa situação e pedir para os nossos queridos conselheiros e para todos os técnicos que aqui estão tendo o material, por favor, nos encaminhe. Muito obrigado. THIAGO (FIEMG) – Bom dia a todos, realmente Dr. Carlos Valera, nós tivemos a aprovação do novo código florestal e eu gostaria de ressaltar aqui a importância da aprovação dessa lei no que tange a questão de pelo menos a maioria, a grande parte de essa lei ter sido instituída e tenta transformar tirar esse rótulo do produtor rural de grande vilão, de bandido, né? Então o produtor rural passa a ser o guardião da água, e até mesmo desses resquícios de florestas que nos chamamos aqui de reserva legal. Gostaria de destacar, por exemplo, a fala do Dr. José Carlos Carvalho, isso retirado do senado federal na audiência pública do dia 24 de agosto, “sou por vez severamente criticado por alguns amigos ambientalistas, mas reconheço que nós temos que admitir o uso consolidado das áreas antrópicas do passado, eu acho que não é razoável em regiões antrópicas consolidadas do sul e do sudeste multar o agricultor pelo uso da APP que já vem sendo utilizada pelo seu bisavô”, ainda nosso ministro do meio ambiente Sr. Carlos Minc: “Bom, uma coisa José Carlos Carvalho, como você falou é alguém que a cinquenta anos fez sua agricultura e alguém chegar e dizer que ele é um criminoso, passar o rodo e tirar tudo dali, quero dizer que eu também sou contra isso” continuando a nossa ilustríssima ex – ministra Marina Silva: “As pessoas que estavam de acordo com a lei, que averbaram a sua reserva legal, que preservaram corretamente, não tem o porque pagar essa conta, aí vossa excelência tem razão porque enfim não se pode mudar a lei retroagindo para prejudicar as pessoas.” Então, em contrapartida respeitosamente, Dr. Carlos Valera, como a lei não pode retroagir para beneficiar, ela também não pode retroagir para prejudicar essa é uma apresentação que nós assistimos do relator do código o deputado Piau, e eu fiz questão de destacar para gente poder citar aqui no Copam. Muito obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) Mais alguma manifestação? Eu gostaria só de informar aos senhores conselheiros que realmente a 14309 ela ainda está em vigor então nós temos que aplicá-la neste conselho e que na próxima semana todas as Supram's estarão passando por uma reunião de alinhamento onde nós também estaremos tratando sobre a



mudança do novo código florestal federal. Então passamos para o item 4. **Item 4 - Exame da Ata da 88ª RO de 11/05/2012.** Em discussão. Como não tem nenhuma manifestação eu coloco em votação o exame da ata. Ata aprovada. VANDA (AMEDI) – Abstenção. JOSE CARLOS (DNPM) – Abstenção. SILVIA (PRESIDENTE) – Ata aprovada pela maioria com abstenção do DNPM e da Vanda, conselheira Amedi. Então neste momento nos vamos passar pela leitura de todos os processos, caso os senhores conselheiros queiram fazer algum destaque é só solicitar e esses processos serão discutidos posteriormente, os demais processos serão votados em bloco. VANDA (AMEDI) - Por questão de ordem seria possível mesmo depois de ser feita essa leitura que o técnico da Supram pudesse naqueles processos que tenham pontos mais melindrosos que ele pudesse fazer uma fala muito rápida? SILVIA (PRESIDENTE) – Ai a senhora conselheira tem que pedir destaque do processo, uma vez votado não cabe discussão. VANDA (AMEDI) – Sim, é que para que eu não tenha que pedir destaque em todos os processos e isso não atrasar os trabalhos se fosse possível? Se não for tudo bem, como estou chegando de volta aqui hoje eu fico tranquila, mas se tiver algum processo com algum problema eu gostaria que o pessoal da Supram que sempre foram um pessoal bem bacana, pudesse dar uma força se realmente aquele processo que tivesse algum problema, que merecesse destaque, comentário que pudesse assim só esclarecer tudo bem? THIAGO (FIEMG) – Conselheira, bom dia, nós estamos adotando esse método aqui a algumas reuniões já, e respeitando a sua chegada e a sua possibilidade de conseguir ler todos os processos eu gostaria de dar outro encaminhamento, se a conselheira não conseguiu ler o processo até em respeito as pessoas que estão aqui dedicando seu tempo, os empreendedores, que se abstenha de votar para que agente possa ter reunião com segmento que nós já estamos acostumados. Muito obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Aceita a sugestão senhora conselheira? VANDA (AMEDI) – Sim sem objeção. SILVIA (PRESIDENTE) - A nova proposta interna do Copam de organização conselheira Vanda, foi apresentada em outra reunião já prevê isso, que os processos sejam votados em blocos e apenas àqueles que tiverem destaque agente entrara em discussão. **Item 5 - Processos Administrativos para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 5.1- Petra Energia S.A - Locação e perfuração de poços exploratórios de gás natural ou de petróleo inclusive em área cárstica - Guimarães/MG - PA/Nº 04078/2012/001/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP** – Não houve destaque. **5.2 – Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - ETE São Gotardo - Tratamento de esgotos sanitários - São Gotardo/MG - PA/Nº 27115/2010/001/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP- NATAL (CEFET) – Destaque.** **Item 6 – Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva: 6.1 - Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba - CODAU / ETE Conquistinha - Tratamento de esgotos sanitários - Uberaba/MG - PA/Nº 03251/2008/003/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP** – Não houve destaque. **Item 7 – Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação Corretiva - “Ampliação”: 7.1 – Araguaia Engenharia Ltda. - Usinas de produção de concreto asfáltico - Uberlândia/MG - PA/Nº 00219/1992/014/2012 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP.** CARLOS VALERA (PGJ) – Destaque. **Item 8 – Processos Administrativos para exame da Licença de Operação: 8.1 – Valoriza Fertilizantes Ltda. - Compostagem de Resíduos Industriais - Uberlândia/MG - PA/Nº 02637/2008/003/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP.** Não houve destaque. **8.2 - Mildo Alves Administração Comércio e Transportes Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes**



185 de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Uberlândia/MG -
186 PA/Nº 04809/2005/004/2012 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque do
187 Ministério Público. Item 9 – Processos Administrativos para exame da Licença de
188 Operação Corretiva: 9.1 - Transportadora Agal Ltda. - Posto Doidão - Posto revendedor
189 de combustíveis - Patrocínio/MG - PA/Nº 02315/2001/001/2010 - Classe 3 -
190 Apresentação: Supram TMAP. Destaque do Ministério Público. 9.2 - Consórcio Serveng -
191 Empa - Usinas de produção de concreto comum e usina de produção de concreto
192 asfáltico - Santa Vitória/MG - PA/Nº 11923/2011/001/2011 - Classe 3 - Apresentação:
193 Supram TMAP. Destaque do Ministério Público. 9.3 - COPASA - Águas Minerais de
194 Minas S.A - Extrações de água mineral ou potável de mesa - Araxá/MG - PA/Nº
195 00640/2001/003/2010 - Classe 3 - DNPM Nº 3114/1947 - Apresentação: Supram TMAP.
196 NATAL (CEFET) – Destaque. 9.4 - Luiz Antônio Meirelles Vasconcelos - Suinocultura
197 (unidade de produção de leitões), silvicultura, bovinocultura de corte (regime extensivo),
198 bovinocultura de leite - Uberlândia/MG - PA/Nº 21729/2005/002/2012 - Classe 5 -
199 Apresentação: Supram TMAP. Destaque do Ministério Público. 9.5 - Seara Alimentos
200 S.A / Fazenda Mangueiras - Avicultura de corte e reprodução - Uberaba/MG - PA/Nº
201 17788/2011/001/2011 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. 9.6
202 - Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. - COOPA - Resfriamento e distribuição
203 de leite e preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios - Patrocínio/MG -
204 PA/Nº 00117/2001/004/2011 - Classe 4 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve
205 destaque. 9.7 – Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. - Beneficiamento primário
206 de produtos agrícolas e armazenagem de grãos ou sementes - Patrocínio/MG - PA/Nº
207 09862/2008/002/2011 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. 9.8
208 – Salus Fundo Investimento Imobiliário - FII - Terminal de cargas, exceto minérios, gás
209 natural, petróleo, produtos químicos e petroquímicos, ferrovias - Instalação de pêra
210 ferroviária e postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de
211 sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de
212 combustíveis de aviação - Araguari/MG - PA/Nº 04747/2011/001/2012 - Classe 3 -
213 Apresentação: Supram TMAP. Destaque da Supram. Item 10 – Processos
214 Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação: 10.1 – Araguaia
215 Engenharia Ltda. - Usinas de produção de concreto asfáltico - Uberlândia/MG - PA/Nº
216 00219/1992/013/2012 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque.
217 10.2 – Frigorífico Delta Ltda. - Abate de animais de médio e grande porte (suínos,
218 ovinos, caprinos, bovinos, eqüinos, bubalinos, muares, etc.) - Delta/MG - PA/Nº
219 00312/1999/005/2009 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Vamos retirar de pauta
220 porque existe uma pendência, retirada a pedido da Supram. 10.3 - Juliana Fernandes Regis -
221 ME - Lavanderias industriais com tingimento, amaciamento e outros acabamentos em
222 roupas, peças do vestuário e artefatos diversos de tecidos - Patos de Minas/MG - PA/Nº
223 01747/2003/003/2011 - Classe 5 - Apresentação: Supram TMAP. Destaque do Ministério
224 Público. Item 11 – Processos Administrativos para exame de Prorrogação de Prazo de
225 Validade da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação: 11.1 – Petra
226 Energia S.A - Locação e perfuração de poços exploratórios de gás natural ou de petróleo
227 inclusive em área cárstica - Presidente Olegário/MG - PA/Nº 12553/2011/001/2011 -
228 Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. 11.2 – Abafril -
229 Abatedouro e Frigorífico de Aves Ituiutaba - ME - Abate de animais de pequeno porte
230 (aves, coelhos, rãs, etc.) - Ituiutaba/MG - PA/Nº 21970/2005/001/2007 - Classe 3 -



Apresentação: Supram TMAP. Não houve destaque. **Item 12 – Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença de Instalação: 12.1 - Transcap Álcool e Açúcar S/A - Destilação de Álcool - Capinópolis/MG - PA/Nº 01114/2007/002/2008 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP.** Não houve destaque. **Item 13 – Processos Administrativos para exame de Adendo a Licença de Operação Corretiva: 13.1 – Cooperativa dos Garimpeiros da Região de Coromandel - COOPERGAC - Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho - Coromandel/MG - PA/Nº 16606/2005/001/2005 - DNPM nº 833.662/2004 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP.** Não houve destaque. **13.2 – Cooperativa dos Garimpeiros da Região de Coromandel - COOPERGAC - Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho - Coromandel/MG - PA/Nº 16603/2005/001/2005 - DNPM nº 833.660/2004 - Classe 3 - Apresentação: Supram TMAP.** JOSÉ CARLOS (DNPM) destaque nos dois processos, 13.1 e 13.2. SILVIA (PRESIDENTE) - Então nós tivemos destaque nos itens 5.2; 7.1; 8.2; 9.1; 9.2; 9.3; 9.4; 9.7; 9.8; 10.3; 11.2; 12.1; 13.1 E 13.2, então neste momento nós colocamos em votação o item 5.1; 6.1; 8.1; 9.5; 9.6; 10.1; 11.1; e os senhores conselheiros que concordarem com parecer da Supram como está permaneçam ou manifeste voto contrário. SIMONE (ABES) – Item 9.6 abstenção. VANDA (AMEDI) – Abstenção. SILVIA (PRESIDENTE) - Então processos aprovados com abstenção da Simone e conselheira Vanda em todos os processos. Simone é só em um 9.6. Então em discussão o **item 5.2 – Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA - ETE São Gotardo**, destaque do conselheiro Natal (CEFET). NATAL (CEFET) – Vou fazer algumas colocações aqui com relação a esse processo, em primeiro seria com relação ao tempo né? Nós temos uma projeção de 20 anos e uma licença de instalação de 4 anos. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM) - Conselheiro Natal, a respeito da projeção como eu falei com o senhor anteriormente ela é feito segundo o termo de referencia e o formulário de caracterização do empreendimento para esgoto sanitário, então é feito esse estudo para 20 anos, se ele não instalar em 4 anos é nova licença, ele entra com a L.P mais L.I para ampliação. NATAL (CEFET) Um outro ponto que não fica claro no processo é com relação a essas áreas que serão impactadas ai, se elas já foram transformadas em áreas de servidão? JOSÉ ROBERTO (SUPRAM) Conselheiro Natal, essas áreas são da própria prefeitura lá de São Gotardo, esse processo teve uma justificativa locacional a ETE estava localizada em área de nascente e o projeto foi readequado pela Copasa, e ai não está em área, a única área que tem é de baixo impacto que é para lançamento dos efluentes, então é uma área de baixo impacto que vai ser o lançamento dos efluentes tratados. NATAL (CEFET) – Está ok, beleza. SILVIA (PRESIDENTE) – Então em aprovação o item 5.2 , os senhores conselheiros que concordem com parecer permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. Processo aprovado. Em discussão o **item 7.1 – Araguaia Engenharia Ltda** - destaque do Ministério Público. Eu gostaria só de fazer uma pequena correção no parecer único da Supram consta 120 toneladas por hora como capacidade instalada, e na verdade é 180 toneladas por hora, mais essa alteração não trás nenhum impacto na análise da Supram. CARLOS VALERA (PGJ) – Observamos que é um empreendimento classe 5, então vamos sugerir a inclusão da condicionante da lei do Snuc, com redação padrão da Supram. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum questionamento? Então em votação o item 7.1, os senhores conselheiros que concordam com parecer da Supram permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. Parecer aprovado. Agora em votação a condicionante sugerida pelo Ministério Público que teria a seguinte redação: “Protocolar perante a gerência de compensação ambiental do IEF, no prazo máximo de 30 dias contados do recebimento da licença, processo



de compensação ambiental conforme procedimentos estipulados pela portaria IEF nº 55 de 23 de abril de 2012”. Os senhores conselheiros que concordarem com a condicionante permaneça como estão ou manifeste voto contrário. THIAGO (FIEMG) – Voto contra por entender que não existe a codificação do significativo impacto ambiental no processo. SILVIA (PRESIDENTE) Condicionante aprovada pela maioria com abstenção da FIEMG. Voto contrário desculpa. **Item 8.2 em discussão – Mildo Alves Administração Comércio e Transportes Ltda** - destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) – Também empreendimento classe 5, vamos sugerir a inclusão da condicionante da lei do Snuc com a redação padrão da Supram. SILVIA (PRESIDENTE) Mais algum questionamento srs. conselheiros? Então em votação o item 8.2, os senhores conselheiros que concordarem com parecer da Supram permaneçam como estão, ou manifeste voto contrário. Parecer aprovado. Em discussão a condicionante sugerida pelo conselheiro do Ministério Público com a seguinte redação: “ Protocolar perante a gerencia de compensação ambiental do IEF, no prazo máximo de 30 dias contados do recebimento da licença, processo de compensação ambiental conforme procedimentos estipulados pela portaria IEF nº 55 de 23 de abril de 2012”. Em votação a condicionante. THIAGO (FIEMG) – Voto contra pelas mesmas razões anteriormente citada. VANDA (AMEDI) – Nos temos percebido que isso é antigo desde a época que eu estava bem atuante aqui no conselho que na verdade, esse ponto é um ponto que vem sendo batalhado e simplesmente a FIEMG aqui nunca acompanha esse entendimento. Então não seria mais adequado que todos os pareceres da Supram já viessem com esse encaminhamento é que a justificativa de voto da FIEMG é que seria feita no momento, acho que seria até em termos democráticos mais justos, é uma preposição. THIAGO (FIEMG) - Eu preciso manifestar porque foi citado o nome da FIEMG, não é uma questão que a Fiemg vota contra, vamos deixar bem claro que é uma questão legal, uma questão de interpretação então não é uma questão do conselheiro da Fiemg é legalidade. Obrigado. KAMILA (SUPRAM) – Conselheira Vanda é claro que aquelas discussões que teve no início do conselho contribuiu realmente para que mudassem algumas questões na Semad em relação à compensação da lei do Snuc. Por isso, tanto é que a gente até vê ainda muito ajuizamento de ações e o resultado é que a resolução Conama 0186 no que se refere a algumas tipologias de empreendimento ainda mais consideradas classe 5 e 6, que fosse então solicitado o EIA/RIMA por parte do estado. O quê que agente tem hoje? Esses empreendimentos, por exemplo, esse posto de combustível a 01/86 não lista essa atividade como passível de apresentação de EIA/RIMA, então nesse caso o estado não cobra, mas o entendimento do Ministério Público é que classe 5 e 6 em razão da DN 74 colocar que é um empreendimento de grande potencial poluidor, para isso o entendimento do Ministério Público é que seria passível de Snuc. Às vezes o Dr. Carlos pode até acrescentar mais alguma coisa. Então assim, o nosso procedimento é que o empreendimento que requereu licença e é passível de EIA/RIMA, nos vamos auferir o significativo impacto, aquele requerimento que não é acompanhado de EIA/RIMA a Supram pode ou não, dependendo da análise, solicitar o EIA/RIMA, solicitar a compensação. CARLOS VALERA (PGJ) – Exatamente conselheira Vanda, se o estado classifica que os empreendimentos classe 5 e 6 tem grande impacto acabou, não tem que discutir, é uma presunção legal posta na lei, foi o estado que disse que produz grande impacto, pouco importa se tem EIA/RIMA, RCA ou PCA, alias a doutrina sugiro a leitura do livro da Erica Bechara trás essa situação e também a jurisprudência vem caminhando nesse sentido, então é obvio que nós não queremos em nenhum momento vilipendiar o uso para competência técnica dos nossos técnicos, então nós temos caminhado dessa forma, a Supram quando entende que deve



ela o faz e quando ela entende que não deve, nós e o conselho parece que já solidificou essa ideia, todos os empreendimentos classe 5 e 6 nos estamos condicionando e felizmente as votações tem sido favoráveis. SILVIA (PRESIDENTE) – Então em votação a condicionante sugerida, desculpe conselheiros, condicionante aprovada com voto contra do Thiago (FIEMG). **Item 9.1 Transportadora Agal Ltda.** – destaque Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) – Primeiro uma informação da equipe técnica com relação à frota de veículos movidos a diesel, se existe ou não e se há necessidade de condicionarmos o automonitoramento da IBAMA 85/96. ANDERSON (SUPRAM) – É um posto de combustível revendedor, ele não tem frota. CARLOS VALERA (PGJ) – Também, salvo engano no curso do parecer vocês fizeram menção a portaria 518 do Ministério da Saúde, eu queria alertar a equipe técnica que houve uma modificação e hoje não vigora mais a 518 e sim a 2914 de 12/12/2011. JOSE ROBERTO (SUPRAM) – Porque foi revogada essa portaria. Obrigado. CARLOS VALERA (PGJ) – Então José Roberto seria o caso de corrigir no parecer né? JOSE ROBERTO (SUPRAM) – Sim, colocar a portaria que está vigorando, que a 518 foi revogada devido a portaria da Anvisa nova. CARLOS VALERA (PGJ) – 2914 de 12/12/2011. Obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Qual o número da portaria 2914? Mais algum questionamento srs. conselheiros? Então colocamos em votação o processo 9.1, com alteração da portaria 518 para 2914 sugerida pelo Ministério Público em votação. Senhores conselheiros que concordarem permaneça como estão ou manifeste voto contrário. Processo aprovado. Em discussão o **item 9.2 Consórcio Serveng - Empa - Usinas de produção de concreto comum e usina de produção de concreto asfáltico** - destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) – Mais uma vez é com relação à frota de veículos, se possui frota de veículos movida a óleo diesel. CAMILA (SUPRAM) – Realmente ficou faltoso aqui então agente acrescenta no anexo 2 – item 2 – efluente atmosférico o monitoramento da frota de veículos conforme a portaria IBAMA. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum questionamento? Então em votação o item 9.2 com alteração da condicionante no anexo 2 com a inclusão da portaria do IBAMA sobre manutenção de veículos a diesel. Os senhores conselheiros que concordarem com parecer da Supram permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. Processo aprovado com essa modificação. **Item 9.3 COPASA - Águas Minerais de Minas S.A - Extrações de água mineral ou potável de mesa** - destaque do conselheiro Natal (Cefet). NATAL (CEFET) – Pela leitura do processo fica claro a questão de haver um acompanhamento dos parâmetros microbiológicos e físico-químicos dessa água aí, eu só queria destacar aqui no conselho que o ponto de extração fica próximo a algumas mineradoras e, portanto passível de migração de elementos químicos para este ponto, visto que até mesmo nos tivemos recentemente o caso de contaminação por bário de água naquelas proximidades. CAMILA (SUPRAM) – Na pagina 4 (quatro) do parecer estão constando que serão realizadas análises físico-químicas, microbiológicas, no laboratório da própria Copasa e que serão enviadas semestralmente para a Supram assim como para o DNPM. JOSE ROBERTO (SUPRAM) – Conselheiro Natal, também esclarecendo que contaminação por bário no caso foi devido a uma empresa de mineração, e a questão de parâmetros ela é da Anvisa, a vigilância sanitária, a água mineral que agente compra no caso o controle é feito pela Anvisa, então nesse caso de parâmetros, o senhor fala de haver contaminação, no caso da empresa de extração de água agente entende que não haverá uma chance de contaminação por parte da empresa dessa atividade. NATAL (CEFET) Semestral? Vai ser semestral? Realmente fica claro que vai ter o acompanhamento, a questão é só destacar mesmo da preocupação com relação a isso daí. Obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Mais algum questionamento Sr.



conselheiro? Então em votação o item 9.3, os srs. conselheiros que concordarem com parecer permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. VANDA (AMEDI) – Abstenção. SILVIA (PRESIDENTE) – Processo aprovado com abstenção da Amedi. **Item 9.4 Luiz Antônio Meirelles Vasconcelos - Suinocultura (unidade de produção de leitões), silvicultura, bovinocultura de corte (regime extensivo), bovinocultura de leite - destaque do Ministério Público.** CARLOS VALERA (PGJ) – Mais uma vez senhora presidente observo que é um empreendimento classe 5, então nós vamos propor a condicionante com a lei do Snuc com redação padrão da Supram. SILVIA (PRESIDENTE) – Repetindo a leitura da condicionante, agente vai sempre colocar a condicionante padrão da Supram. Então item 9.4 em votação. Os senhores conselheiros que concordarem com parecer permaneçam como estão, ou manifeste voto contrário. VANDA (AMEDI) – A abstenção foi só no anterior, eu estou considerando as minhas colocações do início dos trabalhos, eu estou aguardando todas as discussões de destaque e naqueles que estou achando conveniente me abster, só por isso. SILVIA (PRESIDENTE) – Então 9.4 aprovado. Aprovação da condicionante sugerida pelo Ministério Público da lei do Snuc. Os senhores conselheiros que concordarem com a condicionante padrão permaneça como estão, ou manifeste voto contrário. Condicionante aprovada. THIAGO (FIEMG) – Por regra de transição, a questão do decreto 7/2011 agente sempre vota contra. **Item 9.7 Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. - Beneficiamento primário de produtos agrícolas e armazenagem de grãos ou sementes - Destaque para Vanda (AMEDI).** VANDA (AMEDI) – Bom eu acho que eu me perdi aqui, eu achava que nos tínhamos acabado de dizer 9.5, 9.6 já tinha sido aprovada desculpe. Com relação ao item 9.7, eu tenho conhecimento de alguns problemas nessa cooperativa e eu gostaria de pedir licença ao conselho para nós ouvirmos o Antonio Geraldo, que faz parte de um Comitê de Bacia Hidrográfica, e depois eu volto a ter a palavra se assim os senhores permitirem. THIAGO (FIEMG) – São questões relevantes a uma questão ambiental correto? VANDA (AMEDI) – A questão ambiental porque o meio ambiente envolve principalmente as pessoas, porque nos tivemos um período de ditadura militar no Brasil e essa ditadura não acabou, essa ditadura hoje é imposta pelas grandes indústrias né? Então hoje o poder econômico é o ditador principal que massacra essas pessoas, então nesse sentido é que, por exemplo, hoje graças a deus, eu até fico feliz de nós termos aqui pequenos empreendedores que lutam para ter seu negócio com as mesmas dificuldades e muito maiores pelas próprias particularidades para ter seu empreendimento aprovado. Então considerando todas essas questões da ditadura do poder econômico das grandes empresas, então a principal atenção que agente tem que ter é na questão humana, então o homem é o principal, para que ter um ambiente bacana, bem preservado se não for para o homem? Então nesse sentido eu gostaria de ouvir o Antônio Geraldo. SILVIA (PRESIDENTE) – Senhora conselheira ele já está escrito no livro de manifestação então o Sr. Antônio pode se manifestar e ele tem um prazo de cinco minutos. ANTONIO GERALDO (DIRETOR REGIONAL DO FONASQUE E PRESIDENTE DOS EFLUENTES MINEIROS DO ALTO PARANAÍBA) – Eu estou aqui em nome de mais ou menos 40 famílias e o Thiago até falou, não a questão ambiental, mas a questão da sustentabilidade viu Thiago, tem que conciliar a questão da sustentabilidade. Esse processo ele vem se arrastando a muitos anos com essa população, eu fui procurado essa semana para que agente intercedesse em relação a isso até no pedido de vista do processo, para que agente possa estar colocando nesse processo a questão dos particulados, esse filtro eu até quero discordar um pouquinho dos técnicos, não tem funcionado esse filtro, talvez esses particulados estejam vindo de outra origem de elevadores ou outros que não está tendo



manutenção adequada. E ontem eu estive lá, lá tem escola, creche, posto de saúde, além da vizinhança. Não levou em consideração a vizinhança, então essas pessoas não podem pagar por isso, quer dizer se um filtro lá não funciona, como que agente vai fazer, vai dar máscara para as pessoas lá? Lá tem um monte de crianças com problemas respiratórios e o particulado lá, com esse filtro ele não está funcionando, eu estive conversando ontem com pessoal, isso mais ou menos 40 famílias no entorno. Nessa época, como é a época de descarga, os ventos leste, oeste e essa comunidade está oeste, acaba que isso trás um grande problema para população, e além disso existe uma ação civil pública que eu não entendi até porque o Dr. Taufick está pedindo uma suspensão do processo dizendo por causa da aprovação de uma lei e não aplica isso, porque o que estava aprovando é o código florestal e essa questão já não é do código florestal. Então é meu pedido para você, a Vanda é uma grande companheira nossa, agente sempre discute as questões ambientais, porque a FONASQUE, a AMEDI agente tem participação nesses colegiados e tem discutido isso. Muito obrigado. VANDA (AMEDI) – Por essas razões senhora presidente, eu peço vista. SILVIA (PRESIDENTE) Ok, vista no item 9.7 Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda. – a conselheira Vanda (AMEDI), eu gostaria apenas que você justificasse o seu pedido. VANDA (AMEDI) – Eu não preciso fazer justificativa do pedido, achei que tivesse ficado claro, a justificativa, com a fala do Antonio Geraldo, porque ainda que fosse uma família que tivesse sofrendo os efeitos desse empreendimento, ainda assim eu acho que nós teríamos razões mais que suficientes para fazer esse pedido de vista e olhar melhor o processo eu acho que todos nós aqui estamos empenhados em proteger nosso meio ambiente, afinal de contas tem outras geração ainda aí pra vir. THIAGO (FIEMG) – Vista conjunta. SILVIA (PRESIDENTE) – Então 9.7 vistas para VANDA (AMEDI), FIEMG. CARLOS VALERA (PGJ) – Sra. Presidente embora tenha havido o pedido de vistas, a discussão obviamente se encerra para contribuir eu vou fazer alguns esclarecimentos, já fiz lá fora e vou repetir de público agora. Primeiro recomendo que vá conversar com promotor local Dr. Rodrigo Taufick para ver que pé que encontra essa ação civil pública. Agora é preciso Antonio Geraldo, que as pessoas entendam como é que funciona a legislação ambiental, nós temos os parâmetros fixados na lei, se a empresa está produzindo efluentes sólidos, líquidos, mas dentro do padrão, ambientalmente não há o que fazer tá cumprindo a regra, porém vocês vão encontrar solução para o problema não no direito ambiental, mas no direito civil, você usou o termo que é a palavra chave de tudo, direito de vizinhança porque nosso código civil diz que mesmo que eu esteja regularizado ambientalmente, mas se minha atividade trás prejuízo para os vizinhos, esses vizinhos estão legitimados a entrar na justiça para buscar essa adequação. Então, talvez fosse o caso dessas 40 famílias se organizarem, contratarem um advogado e buscarem via judicial. THIAGO (FIEMG) – Até para complementar Carlos Valera é uma boa oportunidade aí para nossas ONG'S que tanto batalham porque não fazem um trabalho, ajuda o pessoal a organizar, fazer reuniões e buscar seus direitos civilmente. Justificando as vias presidente, justamente por entender que o parecer técnico trás os estudos, as questões dos particulados, então eu gostaria de fazer uma visita à empresa e entender dos técnicos da empresa o que está acontecendo. VANDA (AMEDI) – Obrigada por me conceder a palavra. Na verdade concordo com Ministério Público no sentido de ser mais uma instancia né? Mais eu quero dizer que nós temos essa instância aqui que é uma instância primeira e tudo que agente puder fazer nessa instância aqui eu acho que é nosso dever, e fico muito feliz que o ministério público está sempre atento a essas questões e gostaria aqui de indicar uma leitura para todos os conselheiros, o pessoal que está presente aqui também, que eu acho que é uma leitura bastante



461 enriquecedora que nós ajuda em todas as nossas atividades que é um relatório de Direitos
462 Humanos de 2011, nesse momento eu quero presentear com um livro a Supram, ta para que
463 tenha lá para os meninos que estão fazendo parecer e eu faço a entrega do livro pessoalmente
464 lá na casa porque não estou com exemplar aqui. É uma leitura que eu recomendo e bastante
465 interessante. SILVIA (PRESIDENTE) – Vistas concedida a FIEMG e a AMEDI e vocês
466 possuem um prazo até 9 (nove) julho para entregar o relatório de vistas na Supram para que
467 seja disponibilizado para os demais conselheiros. Esse prazo é compartilhado entre as duas
468 instituições. VANDA (AMEDI) – Posso dar uma sugestão? SILVIA (PRESIDENTE) – Sim.
469 VANDA (AMEDI) – Que o processo ele tenha uma cópia, acho que não veio a original para
470 gente, eu não sei como é a sistemática, se for o original nós teremos que dividir o tempo, se
471 for uma cópia nos teríamos o mesmo tempo, eu gostaria que agente tivéssemos a cópia para
472 que pudéssemos ter o mesmo tempo. E eu gostaria que a mesa e não os conselheiros
473 pudessem decidir isso. THIAGO (FIEMG) – Questão de ordem é regimental a divisão de
474 tempo. SILVIA (PRESIDENTE) – Conselheira Vanda, os conselheiros recebem os processos
475 originais e dividem o tempo para fazer essa análise. VANDA (AMEDI) – Estou ciente disso,
476 só estou fazendo uma solicitação diferenciada se nos podemos ter todo esse período até
477 09\07\2012 tirando uma cópia para cada conselheiro, eu não vejo nenhuma objeção em fazer
478 isso, se for o caso eu pago do meu bolso a cópia sem problema, mas eu gostaria de ter esse
479 tempo. KAMILA (SUPRAM) – Então conselheira Vanda, até a gente adotava acho que você
480 se lembra disso que todos os conselheiros tinham cópias dos pareceres e por uma questão de
481 consciência ambiental, de que essas reproduções eram usadas e no outro dia agente jogava
482 fora agente nem está utilizando isso mais então a gente está limitado nessa questão de
483 reprodução. A gente poderia te passar a copia digital se isso servir, mas se houver alguma
484 dúvida ai tem que entrar em contato com o outro conselheiro que pediu vista e tentar conciliar
485 essa questão. VANDA (AMEDI) – Fico muito satisfeita com a cópia digital. SILVIA
486 (PRESIDENTE) – Ok, então em discussão neste momento o **item 9.8 Salus Fundo**
487 **Investimento Imobiliário**, destaque para Supram. KAMILA (SUPRAM) – O destaque é para
488 excluir o monitoramento da frota de veículos movidos a óleo diesel, mas tem uma justificativa
489 e eu vou pedir para que o representante da empresa venha aqui fazer os esclarecimentos.
490 FELIPE HOFMAN (Representante dos estudos técnicos ambientais da Salus) – Bom dia, o
491 terminal de grãos de Araguari não tem frota própria, o serviço é terceirizado pelos clientes do
492 terminal que vão fazer os transbordo de grãos. Então a Salus não tem gerencia sobre a frota
493 que vai circular. Obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, senhor conselheiro? CARLOS
494 VALERA (PGJ) – Deixa eu ver se eu entendi, a Salus não contrata os caminhões, são os
495 clientes é isso? Então está certo. Diante de esclarecimentos nos concordamos com a exclusão.
496 Então em votação o item 9.8, os senhores conselheiros que concordarem com parecer da
497 Supram com a exclusão da portaria do Ibama de veículos a diesel permaneçam como estão ou
498 manifeste voto contrário. Processo aprovado. Em discussão o **item 10.3- Juliana Fernandes**
499 **Regis - ME - Lavanderias industriais com tingimento, amaciamento e outros**
500 **acabamentos em roupas, peças do vestuário e artefatos diversos de tecidos**, destaque do
501 Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ) – Primeiro uma explicação da equipe técnica
502 com relação aos veículos movidos a diesel se tem frota própria ou terceirizada. ANDERSON
503 (SUPRAM) – Eu vou verificar com consultor aqui. Conforme informado não possui frota de
504 veículos. CARLOS VALERA (PGJ) – Então obrigado. Observo também Sra. Presidente que
505 trata-se de um empreendimento classe 5, então nos queríamos sugerir a inclusão da
506 condicionante com a redação padrão da lei do Snuc. VANDA (AMEDI) – Nós estamos



507 tratando do 10.3? Eu gostaria se fosse possível de um breve relato de como está sendo o
508 tratamento dos efluentes, dos resíduos aqui, coisa rápida. SILVIA (PRESIDENTE) – O
509 consultor quer se manifestar sobre esse breve relato dos efluentes até a Supram se posicionar?
510 INACIO (Consultor Ambiental da Juliana Regis) – O tratamento de efluentes proposto na
511 empresa é um tratamento físico – químico com um tanque de equalização e dois tanques para
512 o tratamento químico ao período de decantação o efluente tratado é enviado para rede publica
513 e os resíduos são secos em leito e enviados para Belo Horizonte, basicamente isso.
514 ANDERSON (SUPRAM) – A empresa realiza tratamento físico – químico conforme descrito
515 no parecer em medidas mitigadoras item 2.5, pagina 5. O fluxograma do tratamento é um
516 gradeamento, são 3 tanques de decantação em sequência, dois floculadores, após decantação o
517 produto decantado no fundo dos floculadores vai para o leito de secagem, a porção superior
518 dos floculadores é lançada na rede publica com anuência da Copasa. Foram apresentadas
519 análises laboratoriais que mostra a eficiência da ETE atendendo os parâmetros exigidos pelas
520 normas vigentes. VANDA (AMEDI) - Eu peço desculpas, mas eu não estou entendendo como
521 que esse resíduo ele é? Porque parte desse material é levado para Belo Horizonte né, é um
522 material tóxico né? ANDERSON (SUPRAM) – É considerado como resíduo perigoso,
523 resíduo de aterro e secagem, é encaminhado ao aterro de Betim. VANDA (AMEDI) – E esse
524 encaminhamento ele é feito pela própria empresa, o transporte da própria empresa?
525 ANDERSON (SUPRAM) – Ele é realizado por uma transportadora legalizada
526 ambientalmente para realizar o transporte. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok, conselheira? Então
527 em votação o item 10.3, os senhores conselheiros que concordem com parecer permaneçam
528 como estão ou manifeste voto contrário. VANDA (AMEDI) – Abstenção. SILVIA
529 (PRESIDENTE) – Processo aprovado. Agora em votação a condicionante sugerida pelo
530 Ministério Público com a redação padrão da Supram. Os senhores conselheiros que
531 concordem permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. THIAGO (FIEMG) – Voto
532 contra por entender que não existe no parecer o estudo que traga significativo impacto
533 ambiental e o empreendimento não está dentro da área de transição decreto 45629\2011.
534 SILVIA (PRESIDENTE) – Condicionante aprovada pela maioria com voto contra da Fiemg.
535 **Item 11.2 - Abafril** - destaque para conselheira Vanda (AMEDI). VANDA (AMEDI) - Eu
536 gostaria que o pessoal da Supram pudesse manifestar rapidamente para dizer sobre como se
537 da o tratamento dos resíduos. ELIETE (SUPRAM) – Conselheira Vanda, eu gostaria que você
538 se atentasse que essa fase é de L.P mais L.I e foi colocado que ainda não tem instalação.
539 JOSÉ ROBERTO (SUPRAM) – Conselheira Vanda, o efluente como está na própria
540 prorrogação de licença então na licença do processo original, consta que será lançado na SAE
541 de Ituiutaba que já possui tratamento licenciado e está com anuência da SAE. ELIETE
542 (SUPRAM) – Corrigindo ele está sendo instalado, é que eu confundi de processo. VANDA
543 (AMEDI) – Satisfeita. SILVIA (PRESIDENTE) – Então em votação processo item 11.2, os
544 senhores conselheiros que concordem com parecer da Supram permaneçam como estão ou
545 manifeste voto contrário. Processo aprovado. Em discussão o **item 12.1 – Transcap Álcool e**
546 **Açúcar S/A** – destaque para Vanda (AMEDI). VANDA (AMEDI) - Na verdade esse
547 processo, porque aqui trata-se de uma prorrogação né? E me parece que esse processo tinha
548 algumas condicionantes importantes e como, pelos mesmos motivos que eu disse no início
549 dos trabalhos, se for possível do pessoal dizer só se realmente essas condicionantes estão
550 todas ok, ou se houve alguma negociação para prorrogação de alguma condicionante. JOSE
551 ROBERTO (SUPRAM) – Conselheira Vanda, esse processo é a segunda vez que está vindo
552 para reunião para prorrogação, as condicionantes foram cumpridas que estavam prazo



553 definido, como é uma prorrogação o restante das condicionantes são da L.O então estão
554 dentro do prazo ainda. SILVIA (PRESIDENTE) – Satisfeita? Então em votação o item 12.1,
555 os senhores conselheiros que concordarem com parecer como está permaneçam ou manifeste
556 voto contrário. VANDA (AMEDI) – Abstenção. SILVIA (PRESIDENTE) – Processo
557 aprovado pela maioria com abstenção da Vanda (AMEDI). **Item 13.1 – Cooperativa dos**
558 **Garimpeiros da Região de Coromandel** - destaque para conselheiro José Carlos (DNPM).
559 JOSE CARLOS (DNPM) – O meu pedido de destaque não foi para discutir nenhum ponto
560 específico ai do parecer, mais apenas para trazer algumas informações adicionais a atividade
561 exercida por essa cooperativa na região de Coromandel. Agente sabe que a atividade de
562 Garimpo é sempre danosa ao meio ambiente quando é feita de forma ilegal, geralmente a
563 legalidade do ponto de vista moral vem acompanhada da ilegalidade do ponto de vista
564 ambiental. Mas o caso da cooperativa aqui é diferente além do aspecto social de agregar
565 pequenos produtores que são garimpeiros eles vêm exercendo atividade de forma legal
566 respeitando tanto a legalização mineral quanto ambiental, como são produtores de diamante o
567 DNPM fiscaliza pelo menos duas vezes ao ano essas áreas, existe um controle da produção
568 todo diamante que é produzido tem que ser informado para o DNPM então agente acompanha
569 de perto. Então assim, é uma atividade que vem mostrando que é possível fazer o garimpo de
570 forma legal com respeito à legislação mineral e também a legislação ambiental e logicamente
571 tem um apelo social ai que são pequenos produtores que saíram da marginalidade para
572 trabalhar de forma cooperada eles passam a ter um corpo maior conseguindo até exportar
573 diamante que não é uma coisa muito fácil, então foi nesse sentido, a fala vale para os dois
574 processos. ANDERSON (SUPRAM) – Só acrescentar a palavra do conselheiro, durante a
575 vistoria nós estamos com processo de revalidação da licença em andamento, em análise
576 técnica conosco, eles já possuem áreas bem recuperadas, bem reverenciadas que já foram áreas
577 exploradas e recuperadas pela cooperativa. VANDA (AMEDI) – Eu vou me manifestar mais
578 para dizer da importância que é para capacitação dessas pessoas porque a principio essas
579 cooperativas, eu sempre me posiciono favorável porque eles estão ali na luta deles e é uma
580 luta complicada e se alguma coisa sai errada é por causa da falta de capacitação e de ajuda dos
581 órgãos competentes e isso eu fico muito feliz com sua fala e só temos aqui eu acho que
582 agradecer por essa constância de acompanhamento de perto dessas atividades. SILVIA
583 (PRESIDENTE) – Então como não temos mais nenhum questionamento vamos passar para
584 aprovação do item 13.1, os senhores conselheiros que concordarem com parecer permaneçam
585 como estão ou manifeste voto contrário. Processo aprovado. **Item 13.2 – Cooperativa dos**
586 **Garimpeiros da Região de Coromandel** - destaque do DNPM. JOSE CARLOS (DNPM) –
587 As mesmas observações valem para os dois processos. SILVIA (PRESIDENTE) – Ok,
588 então em votação o item 13.2, os senhores conselheiros que concordarem com parecer
589 permaneçam como estão ou manifeste voto contrário. Processo aprovado. Antes de passarmos
590 para o encerramento que seria nosso item 15, eu abro para os senhores conselheiros para ouvir
591 se os senhores tem alguma manifestação, algum comentário. THIAGO (FIEMG) – Gostaria
592 de deixar para vocês que no último dia 30 do mês nos realizamos aqui o segundo Workshop
593 de Simbiose Industrial, com a sensibilização de 50 empresas de vários setores mais
594 infelizmente uma participação de 15 até 17 empresas, ate por questões de horário porque para
595 trabalhar com esse pessoal é um pouco mais difícil, mais desses 15 participantes nos tivemos
596 a oportunidade de 42 sinergias , significa o que, que nos podemos fazer interação entre essas
597 empresas, temos a possibilidade de 42 interações para reduzir emissão de gás carbônico,
598 destinação de resíduo, passivo desde um espaço até um RH, então nós agradecemos todos que



599 nos ajudaram ai. Muito obrigado. CARLOS VALERA (PGJ) – Eu havia me esquecido
600 senhora presidente, no dia 05 de junho o município de Uberaba assinou com estado de Minas
601 Gerais, o convênio para que o município faça o licenciamento da classe 0 a 4 e em
602 decorrência dessa modificação nós conseguimos também junto ao prefeito municipal e a
603 câmara de vereadores, a modificação do conselho municipal que passou a ter a composição
604 idêntica ao conselho estadual, então como nós do Ministério Público vamos ter acento no
605 conselho, eu queria já deixar aqui o meu apelo aos técnicos para que pudessem me socorrer
606 nessas questões, porque nos sabemos que vai começar tudo de forma embrionária, nós vamos
607 ter muita dificuldade então eu queria fazer esse apelo aqui aos meus amigos conselheiros, aos
608 meus amigos técnicos para que nos ajudassem para que Uberaba possa a exemplo do que
609 ocorre aqui em Uberlândia e com conselho estadual buscar sustentabilidade em todos os
610 empreendimentos. Muito obrigado. SILVIA (PRESIDENTE) – Dr. Valera, a equipe do
611 Rodrigo está à disposição como sempre esteve à disposição do Ministério Público e dos
612 demais conselheiros. VANA (AMEDI) – Eu gostaria de agradecer aos técnicos da Supram e
613 dizer do carinho que eu tenho por ele por essa luta que eles travam lá dentro, conheço o
614 trabalho de alguns e da alegria também de revê-los depois de algum tempo. SILVIA
615 (PRESIDENTE) – Agradeço a presença de todos e desejo um bom deslocamento para os
616 conselheiros que são de fora e aguardo vocês aqui para nossa próxima reunião do mês
617 seguinte. Boa tarde a todos. **Item 15 - Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, a
618 presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a sessão e eu, Danielle Teixeira
619 Pinto Pacheco, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada. Uberlândia, 01 de julho de
620 2012.

621
622
623
624
625
626
627 SILVIA CRISTIANE LACERDA – (presidente suplente)